

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

RAFAELA ATHAIDES MARTINEZ

“NÃO É SÓ POR MIM”:
RETOMADA *GÃH RÉ*, A LUTA POR TERRA, TERRITÓRIO E BEM VIVER NO
MORRO SANTANA, PORTO ALEGRE - RS

PORTO ALEGRE
2023

RAFAELA ATHAIDES MARTINEZ

“NÃO É SÓ POR MIM”:
RETOMADA *GÃH RÉ*, A LUTA POR TERRA, TERRITÓRIO E BEM VIVER NO
MORRO SANTANA

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Pablo Quintero

PORTO ALEGRE
2023

RAFAELA ATHAIDES MARTINEZ

“NÃO É SÓ POR MIM”:
RETOMADA *GÃH RÉ*, A LUTA POR TERRA, TERRITÓRIO E BEM VIVER NO
MORRO SANTANA

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de aprovação: 15 de setembro de 2023

Resultado:

Banca examinadora

Prof. Dr. Pablo Quintero
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Vitor Queiroz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lorena Rodrigues Tavares de Freitas
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à Gah Té e sua família, que me receberam e possibilitaram a realização desse trabalho, por toda a inspiração que sua resistência proporciona. Gracias à Kapri, Rodrigo, Penuá, Karindé, Gój Téj, Lino, Venfej, Sofia, Roberta, Davi e Jonas pelo tempo, pelo alimento, pelo fogo, pela água, pelas histórias, e mais ainda pelas conversas descontraídas e risadas, sempre garantidas na presença de vocês.

Ao orientador, Pablo Quintero, minha profunda gratidão pela acolhida, pelo direcionamento e pela confiança que depositou em mim e na minha escrita.

Agradeço à minha mãe e meu pai, por todo incentivo e amor que me proporcionam; à minha irmã querida, pelo vínculo e pela parceria que nos une. À família paterna, sou grata por aprender a ver a beleza da união, da partilha, do riso e da mesa farta. Desse lugar herdei uma fé muito linda na vida e nos seus ciclos de morte e renascimento - sei que nossa jornada perdura e está muito além desse plano. À parte materna, onde busco inspiração para manter viva a força das nossas mulheres. Espero poder honrar nossas histórias.

Não menos importante, a mis amigas, imprescindíveis na minha caminhada... Flora, Inaê, Helena, Belle, Mari, Ramu, Lu, Teê, Vik, Dri, Mimi, Mugra: Por todo cuidado, pela escuta, pelos abraços e palavras afetuosas. Sem vocês, o mundo teria menos cor. Um agradecimento especial à Maíra, pela companhia nos deslocamentos e visitas até a retomada. Ao querido Ibã Terri, pois mesmo com toda distância, sei que estamos em sintonia. Para Antônio e Vivian, agradeço também pelo suporte.

À música e à dança, por sempre me manterem mais perto da minha verdade.

*Que me devuelvan la tierra
que me han quitado los de arriba,
porque es lo único que tengo,
¡caramba! La tierra mía.*

*La tierra mía señores,
miren que la he trabajado,
pa que vengan a sentarse
y a repartirla en pedazos.*

*A repartirla en pedazos
pal que no sabe de semillas,
que tiene cabeza de oro
y veneno entre lãs costillas.*

*Veneno entre las costillas
porque traga pavimento
y cada que puede baila,
baila encima de mis muertos.*

*¡Que me devuelvan la tierra!
que me han quitado los de arriba...
porque es lo único que tengo
¡caramba!
la tierra mía.
(Isabel 'La Muchacha')*

LISTA DE SIGLAS

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

APP - Área de Proteção Permanente

CIMI - Conselho Indigenista Missioneiro

CMDUA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental

COMIND - Banco de Comércio e Indústria de São Paulo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGP - Instituto Geral de Perícias

ILEA - Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados

RGP - Região de Gestão de Planejamento

SESAI - Secretaria de Saúde Indígena

T.I. - Terra Indígena

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

No presente trabalho, é reconstituída uma parte da trajetória Kaingang no estado Rio Grande do Sul na luta pela demarcação de suas terras, afim de compreender a importância e as motivação que levaram ao local escolhido para a Retomada Gãh Ré, no Morro Santana em Porto Alegre - RS. Para dar conta das especificidades de uma retomada em contexto urbano, foi feito um levantamento estatístico e bibliográfico acerca da presença indígena nas cidades brasileiras, além dos principais desafios que encontram nesse cenário para que possam manter e reproduzir seu modo de vida, especialmente frente à crescente especulação imobiliária nos centros urbanos.

Palavras-chave: retomadas; Kaingang; especulação imobiliária; indígenas em contexto urbano.

RESÚMEN

En el presente trabajo se reconstituye una parte de la trayectoria Kaingang en el estado de Rio Grande do Sul en la lucha por la demarcación de sus tierras, con el fin de comprender la importancia y las motivaciones que llevaron al lugar elegido para la Retomada Gãh Ré, en Morro Santana, Porto Alegre - RS. Para abordar las especificidades de una retomada en contexto urbano, se realizó un estudio estadístico y bibliográfico acerca de la presencia indígena en las ciudades brasileñas, además de los principales desafíos que enfrentan en este escenario para que puedan mantener y reproducir su forma de vida, especialmente ante la creciente especulación inmobiliaria en los centros urbanos.

Palabras clave: retomadas; Kaingang; especulación inmobiliaria; Pueblos indígenas en contexto urbano.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	COSTURANDO TEMPOS	14
2.1	OS FIOS DO PASSADO.....	14
2.2	ALINHAVANDO O PRESENTE: TERRITÓRIO E URBANIDADE ÀS MARGENS DO GUAÍBA.....	17
3	CIDADES IMPERMEÁVEIS.....	23
3.1	PRESENÇA INDÍGENA NAS CIDADES: ENTRE NÚMEROS E ESTATÍSTICAS	23
3.2	SELVAS DE PEDRA, RIOS DE DINHEIRO: ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E VERTICALIZAÇÃO URBANA	27
4	RAÍZES ROMPERÃO O CONCRETO	30
4.1	O MORRO SANTANA.....	32
4.2	A PONTA DO ARADO	35
4.3	O PICO DO JARAGUÁ	37
5.	RETOMAR A TERRA, RETORNAR À ELA	39
5.1	CULTIVANDO AS SEMENTES PARA O BEM VIVER.....	42
5.2	PLANTAR O SONHO: ENTERRAR OS UMBIGOS	44
6	O ARREMATE: considerações finais	48
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que está por começar contém um fragmento de história. Tem seus recortes, retalhos, certamente algumas pontas soltas. Por diversos momentos é necessário descortinar a dura realidade atravessada pela perseguição, pelo racismo, pelo esbulho. Apesar de tudo isso, o importante a ser dito aqui é que a história que se pretende contar é muito mais sobre resistência, sobre essas sementes que vêm rachando o concreto com a força das suas raízes. Referenciar aquelas e aqueles que ainda acreditam e fazem o possível para seguir a vida com dignidade e autonomia.

A escolha pela retomada Gãh Ré, localizada no Morro Santana em Porto Alegre, acontece por conta da sua singularidade, mas não menos do que pela admiração que nutro por uma de suas lideranças, a cacica Gah Té Nascimento e sua família. Do quanto ouvir suas histórias de vida, os sonhos que tecem de geração em geração, foi me sensibilizando e amadurecendo a caminhada enquanto estudante, mas principalmente enquanto pessoa e espírito. Poder partilhar da mesma roda junto ao fogo é sempre uma oportunidade de imensurável aprendizado. É por isso que, ainda que não venha a ser apropriado ou utilizado como ferramenta pelos próprios sujeitos em retomada, que este trabalho possa gerar dados, registros sobre o processo, sobre sua causa de longa data. Há muito para se inspirar na sua força política, na sua determinação e na firmeza com que reivindicam seus direitos. Existe algo muito potente em ouvir aqueles que sabem de onde vêm e mais ainda para onde querem ir. Ainda que retomada se apresente em diversos momentos como multiétnica, contando com a parceria do povo Xokleng e demais apoiadores, friso o foco na caminhada Kaingang, por conta da complexidade do tema em contraste ao tempo disponível para a conclusão do trabalho.

Acerca da presença indígena em contexto urbano, infelizmente ainda gera muitas dúvidas, sofre de desconhecimento, incompreensões e é constantemente descredibilizada. A coleta de dados oficiais ainda se mostra incompleta e por vezes pouco eficiente, muito devido à complexidade do debate étnico-racial no Brasil. Como bem demonstrado no estudo feito por Marlise Rosa e Rodrigo Reis

“Foi apenas no Censo Demográfico 1991 que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorporou a categoria

indígena para o quesito cor ou raça, quando 294.131 pessoas se autodeclararam indígenas. Nessa ocasião, o levantamento também possibilitou separar a população indígena segundo a situação de domicílio em área rural ou urbana. Anteriormente, o censo de 1950 chegou a incluir a categoria 'índio', mas considerava como tal apenas aqueles que viviam em aldeamentos ou postos indígenas" (ROSA; REIS, 2023).

Mesmo nas produções acadêmicas o tema é escasso ou preterido. Nos estudos indigenistas ainda se mostram mais frequentes aqueles relacionados à povos situados no meio rural, especialmente na região norte do país. No levantamento feito pelos mesmos pesquisadores citados anteriormente, foram encontrados apenas 32 estudos sobre indígenas em contexto urbano nas últimas décadas, sendo 13 deles orientados para os casos no Estado do Amazonas (ROSA; REIS, 2023). O Rio Grande do Sul, por sua vez, aparece na tabela com duas pesquisas realizadas através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

É amparado na urgência do tema que situo a pesquisa aqui apresentada. O trabalho visa contribuir para a expansão desse campo de pesquisa, de modo a mantê-lo atualizado temporal e teoricamente. Ampliar a visibilidade das lutas pela terra no Sul do país, quando muitas vezes o imaginário popular ainda reproduz a ideia de que "só tem gente branca no Sul". Não só os povos originários daqui existem, como resistem século a século, ou mais, dia após dia. Espero que a pesquisa seja capaz de contribuir, ainda que um pouco, para o entendimento da importância e da urgência da luta pela garantia dos direitos indígenas, seja onde for ou onde estiverem.

Considerando então esta primeira apresentação do contexto na qual está inserida, a pesquisa tem como objetivo mapear as causas que levaram à ação de retomada, qual a conjuntura do momento que possibilitou sua realização. A partir disso, investigar a importância do local escolhido, costurando a existência desse novo território à trajetória Kaingang no estado Rio Grande do Sul, mas principalmente no que tange à sua presença na capital e suas reivindicações na cidade.

Esse estudo é fruto dos caminhos percorridos nos últimos anos. Dos deslocamentos entre espaços urbanos e rurais, entre aldeias, pequenas comunidades e grandes cidades. Desde as vivências proporcionadas ao longo da graduação pelos professores Sérgio Batista da Silva e José Otávio Catafesto de

Souza, à iniciação científica junto ao professor Álvaro Heidrich, quando muito pude refletir e dimensionar os percursos do povo Kaingang pela recuperação e reformulação da sua territorialidade. Foi de suma importância partilhar desse debate com colegas da Geografia, estimulando outros pontos de vista e reforçando a confiança que tenho na interdisciplinaridade da pesquisa científica. Quanto a isso, não posso deixar de mencionar a experiência junto ao quadro de professoras do Encontro de Saberes, oportunidade inclusive que tive de estreitar os vínculos com a kujáGahTé Nascimento. Impulsos pessoais me levaram aos mutirões para a construção da escola na retomada Mbyá Guarani em Maquiné, ao encontro de tecnoxamanismo junto aos Pataxó da Aldeia Pará, no sul da Bahia, imersões e rodas de conversa sobre parteria tradicional e saúde ginecológica pelas perspectivas indígenas, e mais recentemente às vigílias na já referenciada Retomada Gãh Ré. A pesquisa é construída, portanto, a partir da revisão destas experiências, alinhavada à observação participante e ao método etnográfico.

No capítulo de abertura, “Costurando Tempos”, é onde se encontra o recorte histórico e contextual acerca do contato (deveras forçado) que ocorreu entre Kaingangs e as populações exógenas de europeus e sudestinos. Nele estão realçados alguns fatos que julguei importantes para compreender e justificar seus deslocamentos e a escolha pela permanência na capital gaúcha, especialmente no Morro Santana, que é a localidade de interesse deste trabalho.

Em “Cidades Impermeáveis”, são apresentadas as estatísticas mais recentes acerca das presenças indígenas nas áreas urbanas brasileiras, além de uma sucinta avaliação no que diz respeito à demarcação das terras nos últimos anos, e da situação fundiária dos povos indígenas no Rio Grande do Sul. No segundo subcapítulo, são trazidos alguns conceitos referentes à especulação imobiliária, verticalização urbana e como seus efeitos impactam negativamente as populações menos favorecidas, além de alterarem profundamente as relações espaciais nas cidades, inclusive em Porto Alegre.

No terceiro capítulo, apresento algumas visões antagônicas à referida anteriormente. Uma proposta de vínculos afetivos, de envolvimento e responsabilidade para com o lugar onde se vive. São apresentados três conflitos muito semelhantes, por se tratarem de retomadas indígenas na cidade, lutando contra a lógica capitalista de apropriação e privatização dos espaços.

No capítulo de encerramento, “Retomar a terra, retornar à ela”, trago alguns referenciais teóricos para pensar e localizar as retomadas indígenas brasileiras num cenário mais amplo, espelhando as demais lutas indígenas situadas em outras porções de Abya Yala, mais popularmente conhecida como América Latina. Entendo que a busca por nos reconhecermos e reconectarmos com nossos vizinhos faz parte dessa longa e árdua jornada rumo à descolonização: das ideias, dos corpos, dos territórios, dos espíritos. Por fim, discorro um pouco sobre como a espiritualidade e a capacidade de sonhar se faz presente e vital para a manutenção da luta Kaingang por terra e território.

2 COSTURANDO TEMPOS

2.1 OS FIOS DO PASSADO

Largo é o tempo pelo qual as vidas Kaingang vêm resistindo neste mundo. Há evidências de que habitassem as bandas do sul, onde hoje compreendemos como os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mais especificamente a região do alto planalto, já há mais de três mil anos. E não é descabido afirmar que sua presença, partilha e conhecimento venha deixando marcas por essas terras desde então. Alguns estudos sugerem, por exemplo, que a formação das florestas de araucária, tão características e marcantes no imaginário das paisagens do sul, estejam vinculadas à íntima relação estabelecida pelos Kaingang com os pinheiros e seus frutos. E por mais tentador que seja realizar um mergulho profundo na história de um povo tão antigo, é necessário que seja breve e sucinto o recorte temporal que desnova esta pesquisa.

Visando amparar o estudo do caso específico de uma retomada em contexto urbano na contemporaneidade, a atenção está para os eventos determinantes nos rumos dessa longa e conflituosa disputa territorial, política e ontológica. É inevitável - para não dizer impossível - deixar de mencionar a violência, a estigmatização e a expropriação de direitos que atravessa os povos indígenas desde a colonização do Brasil, efeitos profundos que reverberam até os dias atuais.

Os primeiros contatos com os brancos estrangeiros remontam às andanças dos tropeiros, como mencionado no trabalho da antropóloga Ana Elisa Freitas (2005), que após explorarem intensamente a Vacaria do Mar (à oeste na bacia do rio Ibicuí, além de uma parcela do que se tem como território Uruguaio), abriram rotas para o interior do Estado, em direção à Vacaria dos Pinhais (na época situada na Província de Ibiçá, no Alto Uruguai), onde encontravam áreas habitadas pelos Kaingang. Durante os séculos XVII e XVIII, o que hoje compreendemos como Rio Grande do Sul, na época servia muito mais de 'passagem' para atividades comerciais, pois era grande a demanda pelo gado criado nas pastagens sulistas, especialmente carne e couro, que tinham por destino abastecer o mercado e a economia sudestinos, principalmente. Foi a partir do século XIX que se intensificou e se expandiu amplamente o projeto de "desenvolvimento" colonialista de ocupar,

povoar, cultivar, mas principalmente embranquecer as terras do sul, ignorando o fato de que estas já estavam sendo habitadas há séculos. Foram, então, divulgadas pela Europa as terras daqui como devolutas, e ofertadas com direito a incentivos para formação de “colônias” de trabalhadores rurais brancos.

Imigrantes, majoritariamente italianos e alemães, foram enviados para o planalto, gerando a necessidade de ligar as novas áreas de colonização a Porto Alegre por meio da construção de estradas, que, por sua vez, cruzariam inevitavelmente os territórios indígenas. As populações originárias eram vistas como uma ameaça ao progresso, e assim os chamados aldeamentos foram criados, dependentes do Estado para a manutenção e fornecimento de suprimentos alimentícios, bem como roupas e ferramentas de trabalho. Os de maior destaque são Nonoai, Guarita e Votouro.

Entretanto, é muito importante destacar que nada disso foi feito às custas de uma passividade por conta dos Kaingang, que sempre se articularam politicamente, havendo inclusive muitos registros da atuação dos chefes Kaingang em suas negociações com agentes coloniais. Por conta da ativa defesa por suas vidas e territórios, chegou a ser amplamente noticiado nos jornais o medo que os “bugres” causavam nos colonos alemães e italianos. Nos ofícios levantados por Ana Lúcia Nötzold (2010) redigidos por agentes estabelecidos nos distritos, foram muitos os pedidos de implementação de força policial armada para lidar com os conflitos.

Ainda de acordo com Nötzold e Bringmann (2010), pelo menos no que competia aos aldeamentos, o uso da força policial, além de dispendioso, não se mostrou frutífero em conter as insurreições indígenas, e que portanto a “civilização” e a “catequese” se tornaram a estratégia principal. Assim tomaram força as ações integracionistas. Os Kaingang eram vistos como almas que precisavam ser salvas, com a “dignificação do trabalho e a luz de deus”. É quase de imediato a chegada de jesuítas liderados pelo Padre Bernardo Parés e o início de suas ações catequizantes. Já fora dos territórios de alçada do governo, a política adotada era totalmente etnocida. As ações eram de extermínio para os que ousavam ser insubmissos, sendo, neste caso, por demais inadequados. Bugreirismo é como se denominam essas incursões de ataque contra indígenas, e perduraram ainda por um longo período do século XX.

Até a primeira metade do século, pouco havia se transformado no pensamento hegemônico. No primeiro decênio, no ano de 1910, é criado um órgão

federal exclusivo para as causas indígenas, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que intensificou a criação de reservas. Nas bordas da década de 1940, a expansão colonizadora se acelerava, com perfis urbanos cada vez mais consolidados; e, nas palavras de Fuhr (2012), a diáspora Kaingang também só teve continuidade, visto que de um lado havia o sequestro alienante pelas vias governamentais, e pelo outro a morte e aniquilação nas mãos dos intrusos europeus. Este momento é também considerado como o limite entre o tempo passado/*vãsy* e o tempo atual/*uri* dos Kaingang. Pois foi

“nesse decênio que perderam a maior parte de suas terras dando lugar a fazendas de café e gado e dezenas de cidades foram criadas em todo o interior dos estados do sul” (TOMMASINO; ALMEIDA, 2014).

Refugiaram-se, então, nas matas da Serra Geral, nas bacias do Caí e Rio dos Sinos, e com o tempo, acabaram recuando até próximo ao litoral.

Somado a tudo isso, o aldeamento de Nonoai, um dos maiores até hoje, foi reduzido em mais de 50% (FUHR, 2012) para a criação de um Parque Florestal. O SPI, alinhado com o pensamento progressista da época, tentou transformar as aldeias Kaingang em empresas rurais autossuficientes. Escolas técnicas atuavam para formar mão de obra, compondo um cenário de educação escolar indígena que impunha um modelo integrador e de apagamento da cultura tradicional daqueles povos. Futuramente foram denunciadas situações de violência física, trabalho forçado e exploração dos recursos naturais presentes nas reservas por iniciativas privadas, facilitadas pelos próprios agentes do SPI.

Em 1962, chega a ser feita uma Reforma Agrária em Nonoai, pelo governador Leonel Brizola. “Características de cidade” vão tomando conta do território, cujo interesse pela produtividade era o principal motor das ações de cunho integracionista. Chegavam mais escolas, mais igrejas, mais gente querendo usufruir daquela terra, fosse com a extração de madeira ou com o plantio, de preferência ambas as coisas. Em seguida se dá a implementação do Regime Militar no país, para corroborar ainda mais com o modelo produtivista. Através da implementação do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), e na sequência o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I e II) o Estado passou a intervir diretamente no campo, intencionando a modernização e o aprimoramento tecnológico, cujo foco era a produção de *commodities* voltadas para a exportação. Momento em que o Rio

Grande do Sul se tornou referência nacional na produção de soja, cuja área cultivada se sobrepôs diretamente aos territórios Kaingang no Alto Uruguai.

2.2 ALINHAVANDO O PRESENTE: TERRITÓRIO E URBANIDADE ÀS MARGENS DO GUAÍBA



Kaingang contra colonos em Nonoai.
Fonte: Assis Hoffman, 1978.

A exemplo de todos os acontecimentos citados anteriormente, é notável como a disposição geográfica do povo Kaingang hoje muito se difere daquela mapeada nos estudos arqueológicos de centenas de anos atrás. Além de diminutos, houve constante deslocamento territorial. Se faz possível apontar de que maneira o aprofundamento da disputa fundiária no século XX desencadeou a “intensificação das perambulações dos Kaingang rumo ao litoral, demarcando o início de outro processo de reterritorialização destes na Bacia do Guaíba” (FUHR, 2012). No entanto, não se pode negar a complexidade que permeia as noções de pertencimento e identificação no que tange a situação das terras e suas reivindicações no Brasil. Por mais que o adensamento populacional indígena na capital do Estado do Rio Grande do Sul venha se intensificando desde o final do século XX, este nem de longe era um território desconhecido pelos Kaingang.

Curiosamente, abordar a temática das presenças e territorialidades indígenas em contexto urbano ainda se apresenta um tanto controverso. Mesmo que historicamente cidades e metrópoles tenham se sobreposto aos territórios

originários, tendo sua formação, muitas vezes, intimamente ligadas a estes (ROSA; REIS, 2023), percebe-se um olhar de estranhamento quando surgem reivindicações destes sujeitos num cenário citadino. Fruto do imaginário estereotipado, recheado da complexa mistura entre o estigma e a romantização, perpetua-se a ideia dos indígenas aldeados, vivendo num isolamento artificializado, por vezes até forçado. Bastante distinto, descolado até, da realidade que se vislumbra no Brasil contemporâneo, país que em 2010 contabilizou quase 40% da população originária residindo em áreas urbanas (ROSA; REIS, 2023) e que no censo do IBGE de 2022 divulgou que mais de 1 milhão de indígenas vivem fora das terras demarcadas.

Durante o processo de urbanização da capital gaúcha e suas imediações, houve uma tentativa de apagamento muito forte da face indígena que compôs sua formação, não apenas com a força de trabalho braçal que foi empregada na construção da sua estrutura física, como pelos dos vínculos políticos e matrimoniais que foram fundamentais para conformar a população de Porto Alegre em seus primórdios. Documentos e crônicas da época mencionam uma expressiva presença indígena na cidade desde o século XVIII. Mas que com o tempo foram se tornando descrições cada vez mais genéricas, intencionalmente contribuindo para a diluição destas identidades, como evidencia a pesquisadora Ana Elisa Freitas:

“os diferentes sujeitos Guarani, Kaingang e das demais alteridades autóctones que eventualmente circulavam na cidade, vistos sob a imposição das lentes da mistura e do trabalho, passaram a ser referidos no contexto urbano como pardos, bronze e caboclos, não mais como índios - em muito menos em suas especificidades de Guarani, Tape, Charrua, Minuano, Ibirajara, Guaianá, Coroado, Kaingang, etc.” (Ana Elisa Freitas, 2005: 182).

À despeito desse cenário, sempre houveram aqueles que, para além do projeto assimilacionista, seguiram transitando e se relacionando com o espaço à sua própria maneira. Ao longo do trabalho, procuro reconstituir, amparada pelos relatos encontrados na literatura acadêmica, como as referências Kaingang de pertença à bacia do Guaíba foram diretamente atravessadas e modificadas a partir da relação com a cidade e o desenvolvimento da mesma. A região tem uma importância notável e de longa data na constituição da territorialidade Kaingang, costurando elementos do plano espiritual, do político e mesmo de suas histórias de origem, suscitando memórias ancestrais não só de luta, mas também de vida, de uma ciclicidade vivida há muitas gerações.

Como bem menciona Maréchal (2015), na experiência kanhgág, território não se limita apenas às relações entre as ymã/aldeias, como inclui a mobilidade no

entendimento da própria territorialidade. Assim começamos a desenhar a relevância de Porto Alegre para a reconstituição ampliada desse território, por se tratar uma faixa de conexão entre as florestas do Planalto e o litoral sul (FUHR, 2012). O etnoarqueólogo José Otávio Catafesto, evidencia que essa percepção era partilhada também pelos Guaranis que viviam na região, argumentando através da perpetuação historiográfica da palavra *Tape* como nome mais antigo para o Estado, “palavra Guarani que quer dizer ‘caminho’, ‘percurso’” (SOUZA, 2008). Sua posição estratégica na ligação entre o litoral e o interior do continente serviu igualmente aos primeiros colonizadores portugueses que adentravam pela Província do Rio Grande de São Pedro.

Para delimitar as margens do tempo e do espaço na cosmovisão Kaingang, as águas são referências bastante importantes. Se encontram nas narrativas sobre a origem mítica desse povo, quando o primeiro casal *Kamé* e *Kanhru Kré* chegou no continente, atravessando as grandes águas com suas canoas. Na região de interesse desse estudo, de maneira semelhante, o Guaíba é invocado como um desses marcadores limítrofes, quando sua

“visão paradigmática [...], avistada do topo do morro, é revelada aos Kaingang como imagem do *Goj kafun tun* – a grande água sem margem, limite do mundo” (FREITAS, 2005).

As paisagens dos morros que circundam a cidade são igualmente conhecidas pelo povo Kaingang há muito tempo, tanto por resguardar uma diversidade de plantas, sementes e cipós, bastante utilizados na confecção de remédios, cestos, e todo tipo de artesanatos e utensílios, como a relação com estes morros vai bem além da necessidade de extração de matéria prima. São locais de conexão com sua ancestralidade, e costumam desabrochar relatos dos mais velhos, que sentem fortemente a presença dos encantados nesses locais de referência.

Estes fluxos de interação, entretanto, foram sendo atravessados gradativamente conforme expandiram-se as malhas urbanas ao longo dos séculos XIX e XX, especificamente. Intensificaram-se proporcionalmente as disputas entre indígenas e as demais populações exógenas, majoritariamente brancas de ascendência europeia. Disputas estas inclusive favorecidas e mediadas muitas vezes pelo poder hegemônico, quando abertamente facilitava a compra e a ocupação de terras por parte dos estrangeiros, ao mesmo tempo que restringia e confiscava direitos dos povos originários.

Porto Alegre, enquanto capital, acabou por concentrar o reconhecimento como centro de poder dos brancos, e ao longo de décadas mobilizou lideranças Kaingang de todo o Estado, que vinham na maioria das vezes a pé para reivindicar e negociar seus direitos. Já nos idos dos anos 1900, o intrusamento dos colonos nas terras indígenas ao norte, somado à negligência do Serviço de Proteção ao Índio (substituído futuramente pela FUNAI) fizeram com que muitas famílias saíssem de suas terras, e buscassem então a região metropolitana para se estabelecer. Esse processo culminou junto ao agravamento dos conflitos na T.I. de Nonoai, onde ainda no tempo presente, boa parte da população Kaingang que reside na cidade de Porto Alegre nasceu ou possui raízes familiares.

Nos estudos de Aquino (2009), o autor menciona o fato de que até o início do século XX, aproximadamente até a década 1940, a Terra Indígena de Nonoai vivenciou momentos de estabilidade política. Essa estabilidade é atribuída pelos seus interlocutores à compreensão de que havia um equilíbrio na gestão da terra, tendo em vista que a

estrutura entre aldeias e intra-aldeã caracterizava-se, ainda, pelo emparelhamento de lideranças ('conselheiros', javãfa), com os quais os pa i (caciques) da metade kamë e da metade kanhru agiam de forma a assegurar, segundo eles, a "lei" da aldeia, ou melhor, o kanhgág há kar ('bem viver') e o kanhgágjykre ('bom pensamento') (AQUINO, 2009: 114).

Com a chegada dos "posseiros", a dinâmica social mudou drasticamente. Entre as décadas de 1950 e 1960 só se faz crescer as intervenções não-indígenas na área, à exemplo da Reforma Agrária de Brizola, e a implementação de uma escola nos moldes dos "missionários americanos". A situação que já se mostrava delicada, se complexifica ainda mais com a extração irregular de madeira que se deu início ainda sob as vistas do SPI. O sistema de escolha das lideranças se transformou, desencadeando episódios de abuso de poder e nepotismo entre os próprios Kaingang. Aquelas famílias que discordavam das decisões sofriam fortes represálias.

Na década de 90, segundo dizem, um dos motivos que levou ao deslocamento para a "região litorânea" foi, pelo menos em parte, a busca de uma solução para o problema das invasões da Área Indígena de Nonoai por madeireiras[...]. Entretanto, eventualmente, o processo acabou articulando-se com reivindicações junto às autoridades do estado fixadas na capital, Porto Alegre, e envolvendo a conquista de terras na "região litorânea" (AQUINO, 2009).

Cerca de vinte famílias vieram a se estabelecer em Porto Alegre e na região metropolitana, acampando primeiramente no entorno do Morro Santana, nos bairros Jari, Passo Dorneles e Agronomia, dando origem também à Vila Safira. Nos seus arredores, relatos do início dos anos 2000 chegam a mencionar a presença de 50 famílias. Ao longo de todo o primeiro decênio do século XXI, algumas áreas foram sendo recuperadas, a partir de diferentes estratégias políticas por parte das lideranças Kaingang - à exemplo das aldeias na Lomba do Pinheiro e no bairro Agronomia, que atualmente já se encontram amparadas e tituladas legalmente (Lei nº 6001, 1973), com respaldo da jurisdição do município. A aldeia do Morro do Osso, fruto também de retomada, encontra-se em processo de identificação desde 2010, sendo que, quando consultado o banco de dados do Instituto Socioambiental, o último documento atualizado consta data de 2015.

Quanto ao Morro Santana, não muito tempo depois, foram feitos pedidos junto à FUNAI, primeiramente uma solicitação de estudos de Identificação, Caracterização e Delimitação de Terra Indígena na área do Morro Santana (LAE, 2010). Em 2010, este foi reivindicado através da retomada *Non Gá/ Raízes da Floresta*, ocasião na qual as famílias Nascimento/ Padilha e Fidelis se organizaram, num grupo que em sua totalidade chegava a quase 50 Kaingangs, e se instalaram numa área de mata do morro, local integrado ao espaço em propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A descrição da localização do acampamento, feita pelo antropólogo J. R. Saldanha, em 2015, identifico como bem próximo ao que hoje corresponde à retomada Gah Ré. Ele diz:

“Não encontrei a área do acampamento pela trilha, é normal um não indígena perder-se em trilhas no mato, mesmo dentro da grande Porto Alegre. [...] os Kaingang estão a uns cerca de 500m acima da cancela da Universidade, a esquerda, numa área relativamente degradada ambientalmente, que combina campo, muitos pinus se alastrando em um sub-bosque e uma cratera de erosão do solo - ou - ex-saibreira para obras talvez da própria Universidade, uma vez que nessa face do Morro se encontra uma área e entrada secundária da Universidade, em verdade, sua sede encontra-se na outra encosta do morro, voltada ao Sul. *Acima da entrada logo avista-se também à esquerda áreas mais preservadas de matas nativas e campos* (grifo meu)”(SALDANHA, 2015: 98).

Recentemente, em uma das conversas com Kapri, filha das lideranças GahTé Nascimento e João Padilha, ela inclusive mencionou como as crianças jogavam futebol nessa região junto à Pedreira, por diversas vezes em conjunto com outras crianças não-indígenas, moradoras dos bairros dali do entorno.

A importância de recuperação já era soprada pelos mais velhos há muito tempo, especialmente pelo local se apresentar com características essenciais para o desenvolvimento do bem-viver e para a manutenção da sua cultura de maneira plena. Este primeiro ensaio de retomada, ainda que tenha sido desfeito por uma ordem judicial após alguns meses, visibilizou esta necessidade e reafirmou o acesso das famílias Kaingang ao Morro para coleta de cipós, taquara e ervas medicinais. A reivindicação da retomada Gãh Ré está, portanto, situada nesse contexto: 12 anos separam uma retomada e outra, e ainda não foi garantido o direito ou o reconhecimento da terra.

Fica evidenciado que, ainda que a relação estabelecida pelos Kaingang com a cidade e seu entorno possa ter tido, originalmente, um caráter mais provisório ou passageiro, é imprescindível admitir que as circunstâncias históricas levaram à uma ressignificação e à uma reformulação dos vínculos com o espaço correspondente ao perímetro urbano de Porto Alegre. Processo que permanece constantemente em curso, acompanhando uma cidade que também tem seu próprio ritmo de transformação - especialmente nos últimos anos, tem se observado a intensidade e a ligeireza com a qual a especulação imobiliária vem se fazendo presente. No entanto, a absorção de famílias e comunidades indígenas pelos grandes centros urbanos não é algo que se deu apenas entre os Kaingangs. De fato, é algo que se manifesta por todo o território nacional, mesmo que dados mais contundentes estejam sendo levantados apenas muito recentemente.

3 CIDADES IMPERMEÁVEIS

3.1 PRESENÇA INDÍGENA NAS CIDADES: ENTRE NÚMEROS E ESTATÍSTICAS

Enquanto este trabalho era escrito, foram divulgados alguns resultados provenientes do Censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com números bastante expressivos. De acordo com a divulgação feita dia 08 de agosto de 2023 (IBGE), o Brasil conta com uma população de 1.693.535 indígenas residentes no país, verificando um aumento de 88,82% em seu contingente populacional em relação aos números de 2010, quando esta totalidade estava em 896.917 mil pessoas. O salto percentual com relação à população total do Brasil foi de 0,47% em 2010 para 0,83% em 2022. Um cenário especialmente interessante tanto pela mudança de abordagem feita pelos recenseadores, quanto pelos resultados referentes à população autodeclarada indígena. Parece plausível supor que começa a se desenhar estatisticamente o levante identitário que vem ganhando força nas últimas décadas.

Partindo para a análise comparativa entre os censos, vale ressaltar que a autodeclaração para o quesito de cor ou raça foi adotada a partir de 1950, e apenas na década de 1960 passou a constar a alternativa “índia”, ainda que tão somente para aqueles que viviam em aldeamentos ou postos indígenas; na época, deveriam ser classificadas como pardas as demais pessoas que se declarassem como “índias”. Anterior a esse período, além das categorias branca, preta e amarela, por vezes se apresentavam as alternativas cabocla (1872, 1890), mestiça (1890) e parda (como sinônimo para ‘índia’ em 1940, 1950 e 1960). A atualização para o termo indígena, por sua vez, foi aderida somente em 1991, numa correlação direta com as políticas indigenistas incorporadas na então nova Constituição de 1988 - momento em que houve um despertar de interesse em reconhecer os direitos desses povos quanto a sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (Art. 231 da Constituição Federal).

Desde então, visando o aperfeiçoamento na coleta dos dados referentes no quesito cor/raça, foi inserida a partir de 2010 a pergunta de cobertura “você se considera indígena?”, porém aplicada apenas dentro das T.Is quando as pessoas recenseadas eram “residentes das Terras Indígenas oficialmente delimitadas e se

declaravam como brancas, pretas, pardas ou amarelas, ou seja, não respondiam que eram indígenas nesse quesito” (IBGE, 2023).

Em comparação ao censo do ano 2000, houve um aumento de 11% na população indígena no país, sendo que 22% destas autodeclarações foram acrescidas a partir da pergunta de cobertura recém implementada. Entretanto, verificou-se, concomitantemente, um decréscimo no número de residentes indígenas em áreas urbanas, o que levou especialistas a avaliarem as possíveis oscilações na captação dessas populações no período. De acordo com o documento referente à edição de 2022, ficaram latentes as demandas para que se aprimorasse a metodologia utilizada em campo junto aos povos e comunidades tradicionais (IBGE, 2023: 11).

Para tanto foram realizadas reuniões técnicas tanto com órgãos indigenistas como a FUNAI e a SESAI, quanto com lideranças e organizações indígenas, a exemplo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB. Definiu-se a partir destas consultas prévias a possibilidade de que guias institucionais, guias comunitários e/ou guias-intérpretes acompanhassem o recenseador sempre que a situação de coleta o demandasse (p.26). Também passaram por reelaboração os critérios utilizados na identificação de ‘localidades indígenas’, criando de certa forma uma “cartografia censitária colaborativa”, contando com participação ativa de colaboradores indígenas em situações de ocupação recente ou em que era necessário o refinamento do mapeamento, em áreas urbanas e em áreas rurais (p.31).

Outro ajuste metodológico foi feito à já referida pergunta de cobertura “você se considera indígena?”. A mesma teve sua aplicação ampliada para além das Terras oficialmente delimitadas, passando a aportar também outros agrupamentos indígenas, com os seguintes critérios:

- Agrupamentos de indivíduos autodeclarados indígenas cujos domicílios apresentem distâncias significativas entre si, superando o critério dos 50 metros de contiguidade;
- Trechos das terras e dos agrupamentos indígenas que porventura não possam ser definidos como setores censitários, de acordo com os critérios do IBGE;
- Entorno das terras e agrupamentos indígenas, onde residem de forma dispersa indivíduos indígenas;

- Áreas de provável existência de indivíduos indígenas, de acordo com bancos de dados e registros administrativos produzidos por outros órgãos e organizações da sociedade civil.

A reformulação do critério de uso da pergunta foi responsável por 27,6% do total das autodeclarações no Brasil, bem acima dos 8,80% do ano de 2010. Essa abordagem também captou 41,53% das respostas fora das Terras Indígenas, ou seja, mais de 450.000 pessoas. Considerando que este foi o primeiro censo realizado com as novas diretrizes, parecem promissoras as chances de que no futuro esse aperfeiçoamento metodológico venha a favorecer o surgimento de novos estudos e o aprofundamento das análises no que tange às territorialidades indígenas em contexto urbano.

Quanto às estatísticas referentes às áreas urbanas, apresentaram-se os seguintes cenários. No ano de 1991, em “34,5% dos municípios brasileiros residia pelo menos um indígena autodeclarado; no Censo Demográfico 2000, esse número cresceu para 63,5%; e, segundo os dados mais recentes, do Censo Demográfico 2010, atingiu 80,5% dos municípios brasileiros.” (IBGE, 2010)

Para o ano de 2022, 86,7% do total de municípios no Brasil contabilizam pelo menos um indígena autodeclarado, 79 municípios brasileiros têm mais de cinco mil pessoas indígenas residentes, quando em 2010 eram 42 municípios nessa situação. Em 199 municípios, residem de mais de mil até cinco mil pessoas indígenas, número também maior que o do censo anterior, quando eram 151 municípios nessa situação. Em 2010, foram contabilizados 1.085 municípios que não apresentaram presença de pessoas indígenas, já em 2022, esse número reduziu para 738.

Referente à dispersão espacial, tanto os municípios com maior número absoluto, aqueles com maior quantidade relativa e com maior crescimento absoluto se encontram nas regiões Norte e Nordeste. Apesar da vultuosidade dos números registrados nessas regiões (somados, os Estados do Amazonas e Bahia concentraram 46,46% do total de indígenas que residem fora das T.I.s), o Sudeste ainda é a região com a maior proporção de indígenas que vivem fora dos territórios delimitados (82,56% ou 101,9 mil). No Sul, foram contabilizados 47.923 indígenas residindo fora das Terras Indígenas, cerca de 54,40% das autodeclarações da região. Dessas, 20.372 se encontram no Rio Grande do Sul, correspondentes a 56,44% do total da população indígena do Estado. 225 dos 497 municípios do RS registraram aumento da população indígena residente.

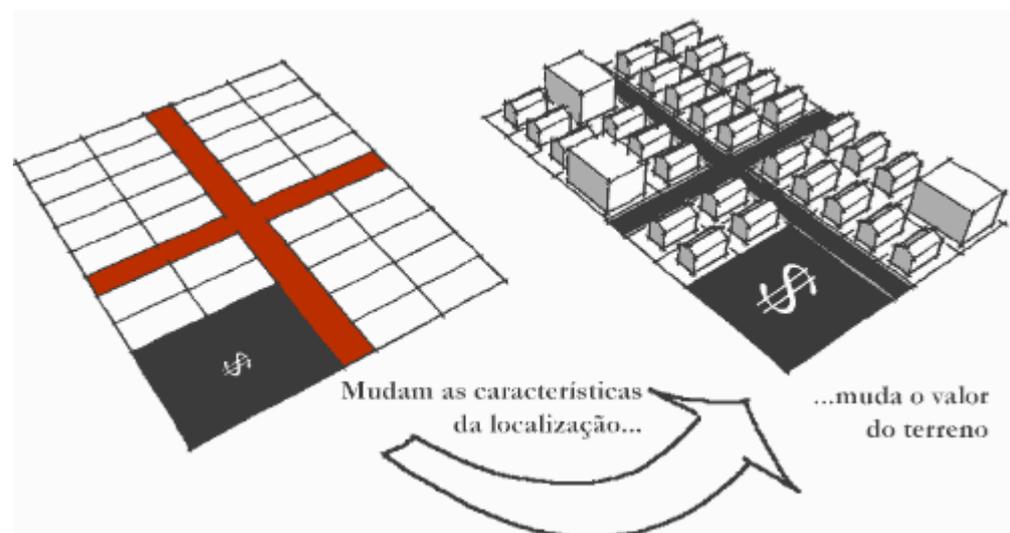
Considerando a dimensão dos dados apurados, fica bastante evidente a urgência e a necessidade do segmento de implementação dos direitos à terra. Em 12 anos, tempo equivalente a três mandatos presidenciais, apenas 72 novas unidades territoriais foram acrescentadas às estatísticas do IBGE em todo o Brasil. Dados compilados pelo ISA também apontam para o fato de que nenhuma terra foi declarada ou homologada nos quatro anos de gestão bolsonarista, tampouco durante a passagem de Michel Temer pela presidência da República. Não obstante, no relatório publicado pelo Conselho Indigenista Missionário em 2021, houve um aumento generalizado nos casos de violência contra os povos indígenas.

Em solo gaúcho, para se ter uma dimensão do atraso quando se trata de demarcações de Terras Indígenas no Estado do Rio Grande do Sul, com base nas divulgações do Atlas Socioeconômico do ano de 2020, são 65 terras que se encontram em processo demarcatório. Dessas 65, no que compete às terras Kaingang, 17 estão na fase de estudos, 3 foram declaradas, 2 delimitadas e apenas 8 estão regularizadas.

No que tange à capital e região metropolitana, foram mencionadas 6 terras do total em situação de estudo, entre Viamão, Guaíba e Porto Alegre, onde constam as aldeias Mbyá Guarani localizadas no Lami e na Lomba do Pinheiro e a aldeia Kaingang do Morro do Osso. Já regularizada, foi citada apenas a aldeia Mbyá Guarani do Cantagalo. No levantamento feito pelo Atlas Socioeconômico do RS, senti falta de menção à aldeia Por Fi Ga, localizada no município de São Leopoldo, cuja situação na plataforma do Instituto Socioambiental consta como reservada desde 2014.

terrenos em locais de interesse, produzindo uma escassez artificial e por consequência desequilibrando a oferta e a demanda por terra e moradia. Saboya (2008) cita a melhoria das localizações como algo central na dinâmica especulativa, podendo acontecer direta ou indiretamente. Exemplos de melhorias diretas seriam a provisão de infra-estrutura como água, esgoto e energia; enquanto as melhorias indiretas se dariam pelas melhorias do entorno como aberturas de novas vias e avenidas ou o surgimento de novos comércios/ edificações e/ou equipamentos públicos, como escolas ou postos de saúde. Assim o terreno torna-se “mais próximo”, com maior acessibilidade, e se insere em novas possibilidades de interação com o resto da cidade.

Outro processo atrelado a dinâmicas de especulação imobiliária é a verticalização das malhas urbanas brasileiras, caracterizado pela predileção na construção de prédios e edifícios, em detrimento de um modelo de construção horizontalizado, escolha esta que acaba por aumentar vertiginosamente a rentabilidade do espaço. De acordo com o geógrafo César Mendes, o processo se caracteriza por pela intensiva “reprodução do solo urbano, além da associação junto às inovações tecnológicas, que interferem no processo, alterando a paisagem urbana” (MENDES, 1992, p. 30).



(Esquema básico de funcionamento da especulação imobiliária. Elaboração: Renato Saboya)

Para o urbanista Campos Filho, o agravamento da heterogeneidade do tecido urbano gerada pela supervalorização de certas áreas, logicamente implica na desvalorização de muitas outras, um ciclo que, sem a devida regulação, tende a não ter fim. A saturação populacional nos centros - devido à verticalização - leva à busca

de novas áreas e assim sucessivamente. O autor também sugere que por conta do caráter empreendedor, de alto retorno financeiro, as prioridades deixam de ser uma “política que leve à ocupação racional da terra” (CAMPOS FILHO, 1992, p. 57)

Em Porto Alegre, até o ano de 2014, estimava-se que pelo menos 10% do estoque habitacional da cidade se encontrava em estado “ocioso, fechado ou retido para especulação” (WÜNSCH, 2014). Ao se analisar as estatísticas referentes à construção imobiliária entre os anos 2011-2018, das pouco mais de 52 mil unidades residenciais (casas + apartamentos) erguidas por construtoras nesse período, 94,63% foram habitações tipo apartamento (LAHORGUE; SOARES; SANTOS, 2022).

No mais, a capital gaúcha vem sendo alvo já há alguns anos de grandes projetos e reformas. Apenas para citar alguns exemplos, tivemos as obras realizadas em decorrência da Copa do Mundo em 2014, que acarretou na remoção e no desalojamento de muitas famílias (WÜNSCH, 2014), projetos de “revitalização” da orla do Guaíba (SOARES *et al.*, 2021), as recentes reformas no Parque Harmonia, a gentrificação do 4º Distrito, a intenção de cercamento do Parque da Redenção, sem deixar de mencionar os condomínios planejados para serem construídos no Morro Santana e na Ponta do Arado, gerando conflitos diretamente com grupos Mbyá Guarani e Kaingang, como veremos mais adiante. São inúmeros casos, desde o centro até as regiões limítrofes da cidade. Priorizando indiscriminadamente os interesses do mercado, essas obras tendem a infringir diretrizes ambientais e de direitos habitacionais, e além de promoverem uma acelerada descaracterização da paisagem, aprofundam as diferenças e as dinâmicas de marginalização no espaço urbano.

No levantamento feito por Soares e Aita (2019) as quatro principais construtoras atuantes em Porto Alegre atualmente são empresas de médio e grande porte, nominalmente CyrelaGoldsztein, MelnickEven, NexGroup e Rossi, podendo ser acrescida à lista a Multiplan Empreendimentos (LAHORGUE; SOARES; CAMPOS, 2022), que desde então vêm “transformando a cidade em um campo de obras para a valorização do capital financeiro” (SOARES; AITA, 2019,p.347). Nota-se que o aumento considerável da influência dessas empresas no cenário Porto Alegrense acompanharam as mudanças na gestão política da cidade, principalmente a partir de 2004, e depois em 2017 com o início dos mandatos com fortes tendências

neoliberais, como o do prefeito Nelson Marchezan Júnior (SOARES *et al.*, 2021; SOARES; AITA, 2019).

4 RAÍZES ROMPERÃO O CONCRETO

Ailton Krenak, em sua palestra “Paisagens, territórios e pressão colonial” conferida no auditório do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da UFRGS discorre sobre como a invasão e a colonialidade no continente América, ou AbyaYala, também usurpou o direito às afetividades, à oportunidade de viver e desfrutar das paisagens e dos territórios que seus antepassados nomearam, descreveram e igualmente se relacionaram ao longo de gerações. De como o esvaziamento, a erosão desses vínculos, e conseqüentemente os modos de vida e conhecimentos atrelados ao espaço em que se vive, geram com isso a dissolução das diferenças, da diversidade sociocultural, produzindo uma “comunidade de iguais [...] Mas essa igualdade é uma igualdade com sinal de menos” (KRENAK, 2015,p. 330). O filósofo propõe a imagem do desaparecimento das paisagens como um espelho de um desaparecimento interior, subjetivo, de como o empobrecimento (nem tão) simbólico se manifesta também na materialidade:

E eu estou trazendo esse contexto para dizer que os índios nunca foram tão pobres como são nesse começo do século XXI. Quer dizer, nós estamos conseguindo transformar os índios do Brasil em pobres do Brasil. [...] se a gente investir mesmo nisso, a gente consegue transformar todo mundo em pobre. E é uma falta de imaginação, porque a gente tem tantos exemplos recentes e mais antigos da nossa história que nos permitiriam pensar como que nós podemos, com essa diversidade cultural, valorizar sistemas de conhecimento que não estão nos cânones. [...]esses temas que podem ou que poderiam possibilitar, por exemplo, que não tivéssemos tanta dependência de comprar comida no mercado (KRENAK, 2015: 333).

Ainda sobre as elaborações acerca de paisagem e produção de bem-estar, Besse (2014) defende que para além de uma concepção europeia, que tradicionalmente coloca o olhar e a visão num lugar central ante aos demais sentidos, é importante levar em consideração as necessidades políticas, espirituais e afetivas, indo além de um mero conceito estético ou de uma imagem à ser contemplada. O autor faz eco ao historiador John Jackson de que afinal, a paisagem acaba ser parte constituinte na formação do nosso Ser, do quanto estamos mergulhadas nela, e mesmo contemplando-a, o fazemos de dentro de suas entranhas (BESSE, 2014, p.247), assim como “sentir o ar e andar no chão não é

fazer contato tátil externo com o nosso entorno, mas se misturar a ele” (INGOLD, 2015,p. 179).

Da mesma maneira, essa questão é identificada na importância que o Morro Santana tem para a integralidade das famílias Kaingang que ali estão. Nas palavras de Odirlei Fidelis, o topo do morro é um lugar significativo para a manutenção da saúde mental e emocional:

Não é simplesmente um lugar lá que você possa olhar por cima das pessoas. Aquilo ali também é saúde, é uma questão de você poder ver o ao redor de como as coisas são. Ou você pode chegar lá e você sabe. Lá, se você vai com tanta coisa na sua cabeça, que quando você chega lá no topo e começa a olhar ao redor, tua mente limpa, sabe, ou você sai de lá uma pessoa de outra maneira, porque tudo aquilo que você fica ouvindo no costado ou dentro da cidade é muita coisa pra tua cabeça. Sua cabeça parece que vai explodir, é barulho, é gritado, sabe? É uma poluição sonora muito grande, então esses lugares também é saúde. Além da questão espiritual, sabe? (Odirlei Fidelis, *Van Ká*, 2022).

Já bastante familiar aos estudos nos campos da geografia e da arquitetura, trabalhar com a ideia lefebvriana de *espaço* como fator importante na produção de subjetividades e de relações sociais também tende a ser um aporte teórico interessante para debates como o que está em curso neste trabalho. Uma situação de conflito territorial, mas igualmente cosmológico, onde se sobrepõem complexas dinâmicas de poder e interesse pelos diferentes agentes.

A disputa que está acontecendo atualmente no Morro Santana não é de modo algum um caso isolado, tendo em vista a incompatibilidade das visões indígenas e do mercado imobiliário para com os espaços nas cidades. Para vias de comparação, duas aldeias indígenas em contexto urbano foram escolhidas. A primeira delas, por conta da sua proximidade geográfica, está localizada em Porto Alegre, e se trata da resistência Mbyá Guarani em retomada na Ponta do Arado frente ao projeto Arado Velho. A segunda é um caso situado no Pico do Jaraguá, em São Paulo capital, que teve expressiva visibilidade e repercussão nas mídias, inclusive com produção de documentários e recentemente um longa de ficção, *Para'í*, rodado na aldeia. A T.I, também Mbyá Guarani, sofre com as transformações e crescimento dos bairros em seu entorno.

4.1 O MORRO SANTANA



Foto: Andrei Arndt/ Humanista.

Estabelecida há quase um ano, desde a madrugada de 18 de outubro de 2022, a retomada *Gãh Ré* firmou suas raízes no pé do Morro Santana, numa chácara cuja suposta propriedade se encontra ligada ao nome da Maisonnave Companhia de Participações. Desde a chegada no local, não foram poucas as ameaças e hostilidades pelas quais já passaram os integrantes e apoiadores que lá estão ou estiveram, principalmente nas primeiras semanas de vigília, era frequente o clima de tensão entre os deslocamentos para ir e vir da retomada, sendo inclusive recomendada a comunicação entre apoiadores, avisando dos movimentos no entorno ou se haviam conseguido sair em segurança. No correr dos dias, chegaram a acontecer investidas por parte de vizinhos que se opunham e temiam a presença dos indígenas no local, embora não fosse consenso, pois moradores do bairro também mostraram solidariedade à causa em algumas circunstâncias. Houve também em determinado momento uma tentativa de grilagem, tensão que durou alguns dias.

A escolha do local não foi de modo algum aleatória ou sem embasamento. Muita reflexão e estudo foram necessárias, para além das orientações espirituais que a cacica e *kujã* recebeu em sonho de seu avô. A maioria dos Kaingangs e Xoklengs que se somaram à causa já vêm de larga experiência de retomadas em

outros lugares - há alguns meses atrás, ainda antes de intencionar esta pesquisa, me recorde de uma conversa que tivemos numa das noites em claro, em que uma jovem revisitou e compartilhou os momentos marcantes que viveu no acampamento do Morro do Osso, ainda antes de garantirem sua permanência no local. A própria GahTé possui forte vinculação com a retomada *Konhún Mág*, que ocorre simultaneamente na região de Canela/RS, além de recentemente ter sido um elo importante na conquista da Casa do Estudante Indígena em Porto Alegre, um avanço considerável na luta por moradia e direitos específicos para os estudantes indígenas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Acerca da situação do terreno em questão, este encontrava-se há muitos anos sem exercer nenhum tipo de função social. Tomando como base o Pré-Laudo (QUINTERO; MAGALHÃES *et al.*, 2022) realizado a pedidos do Ministério Público Federal de Porto Alegre, foi evidenciado, durante visita técnica, a avançada deterioração de 2 das 3 construções no local, além de uma piscina com água parada e sem tratamento, possivelmente se configurando como um foco de doenças. A chácara, entre as décadas de 60 e 70 se encontrava em posse de José Asmuz, proprietário da mineradora Depósito Guaporense S.A., responsável pela extração que veio a modificar a paisagem do Morro permanentemente, hoje conhecido como a “pedreira”. Tanto a empresa quanto José Asmuz vieram a ser condenados a pagar indenizações por conta dos danos materiais e ambientais causados pelo empreendimento, que foi também por conta disso interrompido. Uma das acusações seria inclusive a inexistência de licença para a realização da atividade em questão.

Em 1983, o imóvel passou a pertencer ao Banco Maisonnave de Investimentos, hoje Maisonnave Companhia de Participações, após o cancelamento das hipotecas. O Grupo Maisonnave, por sua vez, foi liquidado extrajudicialmente no ano 1985 por conta de fraudes e crimes cometidos contra o sistema financeiro nacional. Junto ao Banco Auxiliar e ao Banco de Comércio e Indústria de São Paulo (COMIND), a dívida acumulada, até novembro de 1997, era estimada em mais de 400 milhões de reais. De acordo com a pesquisa da historiadora Ana Cristina Hammel (2020), o Grupo Maisonnave esteve diretamente envolvido na grilagem de mais de 100 mil hectares de terras no Paraná, além de terem participado como co-fundadores da Madeireira Giacomet Marodin, responsável por agravar inúmeros conflitos com populações campesinas, Guaranis, Xetás e Kaingangs. O latifúndio se instalou próximo às duas maiores terras indígenas reconhecidas no Paraná, a Terra

Indígena Rio das Cobras e a Terra Indígena Mangueirinha, bem como aquela que é considerada a maior área de Araucária Nativa do mundo.

É bastante notável como a dita ‘propriedade’, localizada no Morro Santana, relaciona-se diretamente a um histórico de crimes ambientais e financeiros. Ainda assim, a mesma companhia recebeu licença prévia para a construção de 11 torres no local, com 714 apartamentos previstos e 895 vagas veiculares (QUINTERO; MAGALHÃES *et al.*, 2022, p. 9). Ainda que num primeiro momento o projeto tenha sido rejeitado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) devido à relevância histórica, arqueológica e ambiental, principalmente por conta da cobertura verde e dos recursos hídricos do local, o processo foi direcionado para outra região de planejamento, na qual o projeto foi aprovado sem maiores questionamentos. Conselheiros de outras RGPs manifestaram contrariedade, por julgarem apressada e inconsistente¹ a decisão. Não surpreende o fato de que a empresa “Profil - Engenharia e Ambiente”, contratada pela Maissonave Companhia de Participações,

é a mesma empresa que realizou um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) declarado em parte como ‘falso/enganoso/omisso’ pelo Instituto Geral de Perícias (IGP), em inquérito da Polícia Civil concluído em maio de 2021, no empreendimento da Fazenda do Arado (QUINTERO; MAGALHÃES, 2022: 11).

A área que seria afetada pela construção do condomínio, até 1994 era registrada como Área de Proteção Permanente (APP) mas esta teve parte de seus limites alterados para a possibilidade de se tornar uma “área de ocupação intensiva”. No perímetro correspondente autorizado para a construção, foram identificadas em torno de 49 espécies botânicas nativas, algumas delas ameaçadas de extinção, até. Ainda que esse estudo se refira à área diretamente afetada pelo empreendimento, os autores reforçam o fato de que o impacto gerado por uma ocupação dessa proporção, certamente interferirá, ainda que indiretamente, na fauna e na flora da APP.

Como veremos a seguir, o caso é muito semelhante ao que vem acontecendo às margens do Guaíba, na zona sul de Porto Alegre. Autorizações arbitrárias,

¹ “Licença para erguer condomínios no Morro Santana tem irregularidades” in: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/condominios-morro-santana-irregularidades/>

mudanças com enormes prejuízos sociais, culturais, ecológicos que mudarão a paisagem e a organização espacial da cidade de maneira praticamente irreversível.

4.2 A PONTA DO ARADO



Douglas Freitas/ Amigos da Terra. Álbum: Registros da visita à Retomada Guarani Mbya no Arado Velho. 21/06/2018.

Em junho de 2018, orientados pelo sonho recebido pelo cacique Timóteo Karai Mirim, adultos e crianças Mbyá Guarani atravessaram as águas do Guaíba em direção à Ponta do Arado, situada na região sul da cidade, no bairro Belém Novo, na busca por recuperar esses fragmentos de terra onde é possível reproduzir e manter atualizados os princípios do seu *Tekó Porã* bem viver. Ainda que o tempo e a história dêem muitas voltas, os filhos de *Nhanderu*² aguardam estratégica e pacientemente para retornar aos locais por onde caminharam seus avós. Por toda a extensão das suas margens, há evidências arqueológicas, “fragmentos materiais do passado e da ancestralidade Guarani”, somando 37 sítios arqueológicos cadastrados (WITTMANN, 2022: 221). Desde a primeira noite em que instalaram seu acampamento, os indígenas passaram a ser vigiados e ameaçados por homens armados, que se diziam policiais militares.

² De maneira sucinta, Nhanderu é “o primeiro pai”, “o pai criador” para os Guarani

O terreno de 426 hectares denominado Fazenda Arado Velho, atualmente é uma área de proteção ambiental, mas que ainda assim foi adquirido pela empresa Arado Empreendimentos Imobiliários LTDA para fins de construção de um bairro planejado. A Proposta de Projeto Urbanístico³, de responsabilidade técnica assinada pelo arquiteto José Rodolfo Fork, foi aprovada⁴ pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre no ano de 2021. Em Agosto de 2023, o Estudo de Viabilidade Urbanística foi igualmente aprovado⁵ pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Para a viabilização da obra, chegou a ser alterado o Regime Urbanístico da área, que até então correspondia à uma zona rural, e que a partir dessa mudança passa a ter a possibilidade de “parcelamento do solo”, e portanto estaria “apta” a aportar um projeto dessas proporções.

Está prevista a construção de mais de 2 mil unidades habitacionais⁶ divididas em três torres, o que implica desmatar a vegetação nativa e aterrar os banhados, várzeas e áreas de inundação presentes em boa parte da região. Desde o início das tramitações houve pressão contrária por parte de moradores e ambientalistas, que formaram um grupo para difusão de informações sobre o caso, chamado Preserva Arado.

Aqui se vislumbra, então, mais um caso onde a especulação, o lucro e os interesses particulares de alguns se sobrepõem à razoabilidade. Desconsideram-se as palavras dos povos originários, dos antigos moradores do bairro, de botânicos, antropólogos, arqueólogos, arquitetos, urbanistas, ecologistas, enfim, parece não haver argumentos que possam frear o empreendimento que tende a reconfigurar boa parte da estrutura urbana e ambiental da zona sul de Porto Alegre.

³ Proposta Urbanística do Arado

(in: https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/4029_ce_329649_1.pdf)

⁴ Proposta do Executivo viabiliza empreendimento Fazenda Arado Velho (in:

<https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/proposta-do-executivo-viabiliza-empreendimento-fazenda-arado-velho>)

⁵ Conselho do Plano Diretor aprova EVU de bairro planejado na Fazenda do Arado (in:

<https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2023/08/conselho-do-plano-diretor-aprova-evu-de-bairro-planejado-na-fazenda-do-arado/>)

⁶ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/12/projeto-que-viabiliza-loteamento-na-antiga-fazenda-do-arado-deve-ser-votado-pelos-vereadores-na-segunda-feira-ckwpi6nvp0092016ft2u2hoao.html>

4.3 O PICO DO JARAGUÁ



Christian Bastos/ Brasil de Fato

Na cidade mais populosa da América Latina, a Terra Indígena do Jaraguá, com apenas 1,7 hectare, é hoje a menor área demarcada do Brasil. Ainda que a presença Mbyá na região seja muito anterior à constituição da cidade de São Paulo, o local em questão se encontra em retomada há pelo menos 30 anos - de acordo com as palavras concedidas por Thiago Karai Jekupe à jornalista Marcília Brito⁷, o conjunto de 7 aldeias vêm resistindo às influências da crescente urbanização ao seu redor. As transformações mais bruscas no entorno começaram a acontecer a partir da década de 70, com a construção da Rodovia dos Bandeirantes e posteriormente com o asfaltamento da rua Comendador José de Matos, “antes um pequeno caminho de terra” (GODOY BUENO, 2020, p. 14). Desde então, o Jaraguá vem sendo cercado por uma ampla malha ferroviária e de rodovias, se configurando uma região importante na rota nacional de transportes, o que conseqüentemente intensifica o crescimento populacional, muitas vezes de maneira desordenada e precária.

Na contemporaneidade, a comunidade vem passando por mais uma intensa pressão externa, devido à obra de grande porte “Rodoanel Mário Covas”, coordenada pela empresa “Desenvolvimento Rodoviário S.A.”, de caráter misto, ou seja, uma parceria público-privada que presta serviços rodoviários e hidroviários no

⁷ <https://diplomatie.org.br/jaragua-e-guarani/>

país inteiro. De acordo com o estudo feito pela geógrafa Nathalia Tavares de Souza, as obras são responsáveis “pelo esgotamento de nascentes na região do Parque do Jaraguá, bem como, de uma bica d’água que era utilizada pela população indígena” (SOUZA, 2015: 102). São apontadas também como consequências o “desmatamento das encostas do Pico do Jaraguá (APP); aumento dos índices da poluição dos mananciais pelo escoamento da pista, aceleração de processos erosivos; bloqueio de corredores ecológicos; extinção de nascentes; etc.” (SOUZA, 2015: 105).

Em 2017, durante o governo de Michel Temer, a população Guarani do Jaraguá correu sérios riscos de terem a demarcação da terra anulada por conta da portaria nº 683 do Ministério da Justiça, devido à sobreposição das matas com o Parque do Jaraguá, que à época também estava às vistas de ser entregue para a iniciativa privada por medida do então governador Geraldo Alckmin. A criticidade da situação culminou com a ação direta de ocupação e desligamento das torres de transmissão de celular e TV, localizadas no pico do Morro. A irredutibilidade do protesto conseguiu com que a portaria fosse revogada e negociações fossem restabelecidas. O episódio teve repercussão nacional, além de ter sido documentado desde as entranhas pelo filme *Arapyau - A Primavera Guarani*, com direção de Carlos Eduardo Magalhães.

Mais recentemente, o embate mais expressivo vem se dando contra o mercado imobiliário, principalmente frente ao projeto da construtora Tenda, que prevê a implementação de 11 torres habitacionais com apenas alguns metros de distância da T.I. Em 2020, Guaranis e apoiadores decidiram adentrar o terreno da empresa, cuja ocupação, chamada *YaryTy*, teve duração de aproximadamente um mês. Protestando principalmente contra a derrubada das árvores no local, já contabilizadas em 4 mil, além da falta de diálogo e de estudos acerca dos impactos ambientais e socioculturais. Há inclusive denúncias de que funcionários da construtora teriam tentado subornar lideranças guaranis ao longo de vários meses (GODOY BUENO, 2021, p. 119). Esse é, entretanto, apenas um dos muitos projetos em curso, para maiores informações sugiro consultar o trabalho da pesquisadora já citada Flávia Godoy Bueno, de título “O modo de vida Guarani e suas múltiplas paisagens no Jaraguá, São Paulo - SP”.

5. RETOMAR A TERRA, RETORNAR À ELA

Apesar do singelo recorte feito no capítulo anterior, há de se considerar a dimensão, ainda que não quantificada, dessa enorme insurgência que vêm se formando através das *retomadas*. Nas últimas décadas Xucurus, Pataxós, Tapebas, Tupinambás, Xoklengs, Mbyás, Guarani-Kaiowás, Mundurukus, Potyguaras, Kaingangs, Kariri-Xocós e muitos outros povos originários vêm reivindicando ativamente territórios nos mais diversos biomas, regiões e contextos que estão sob jurisdição do Estado brasileiro. Na definição trazida por Daniela Alarcon, o processo de retomada pode ser entendido como “recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não-índios” (ALARCON, 2022,p. 155). De maneira muito parecida, lideranças cearenses também compartilham:

Quando nós vamos fazer uma ocupação dentro de uma área nós pegamos o nome de ‘retomadas’, porque a gente utiliza o nome de retomadas, porque de fato nós vamos retomar uma área que anteriormente esteve em nossa posse e que por questões políticas, de massacre, de expulsão de indígenas, nós perdemos essa posse e nós hoje nos vemos em condições de ocupação, vamos lá e ocupamos” (MARTINS; NÓBREGA, 2020).

O movimento, apesar de relativamente novo enquanto conceito, poderia ter como marco inicial a década de 1980, como sugerido por Martins e Nóbrega (2020) ao considerarem como indicativo os primeiros registros de atos de autodemarcação - ainda que o termo em si não tenha sido necessariamente utilizado por seus autores - mencionando como um dos exemplos o caso dos Kulina e Huni Kuin da fronteira entre o Estado do Acre e o Peru, que delimitaram seu território abrindo picadas na mata, “com o propósito de defender as suas terras contra a invasão dos brancos e de indicar para o Estado brasileiro a insatisfação contra a falta de iniciativas oficiais de demarcação” (NEVES, 2012: 571).

É de certa forma recorrente que as retomadas e autodemarcações venham como resposta a um longo período de espera pela aplicabilidade e pela materialização do cumprimento de seus direitos constitucionais (Cap. VIII, Art. 231 § 1º), motivadas pela “inoperância”, “morosidade”, ou mesmo pela compreensão “de que seus direitos foram lesados e que o Estado, por conivência ou omissão, fez parte igualmente deste processo” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2022: 28). Sendo assim, está sendo presenciada a tomada de um protagonismo, de uma agência

revolucionária diante de um sistema deveras burocrático e paternalista (NEVES, 2012, p. 550) e, para tanto, é imprescindível ampliar a compreensão das retomadas não apenas como uma reivindicação por limites de terra. Ainda que - sim - essa esteja na centralidade do debate, mas muito mais por proporcionar uma base sólida, um chão mesmo, seguro e livre onde reproduzir e cultivar valores referentes à identidade e etnicidade de cada povo.

No trabalho de Alarcon junto aos Tupinambá da Serra do Padeiro, temas como “libertação” e “retorno” da terra se mostraram frequentes, demonstrando como a concepção indígena para com seu território está muito além de uma ideia de materialidade, apenas, ou de uma noção de posse. É levada em consideração a agência da própria terra, do lugar que clama pelo retorno, pelo zelo daqueles que dela cuidam. Mobilizar os parentes em diáspora implica em reaprender e recriar formas de viver juntos. (ALARCON, 2022: 156) Em decorrência, passam a retornar também os encantados, os bichos; a memória - a recuperação territorial, ainda que se conecte ao reconhecimento pelo Estado dos direitos territoriais dos Tupinambá, com certeza o extrapola (ibid.: 157).

É nessa mesma linha que Joelson Ferreira, agricultor, plantador, assentado, fundador e conselheiro da Teia do Povos⁸, defende a *democratização do acesso às terras*, na busca por desfazer a noção que se tem delas, tratadas como uma mercadoria que pode ser “vendida, comprada, ou mesmo concedida, dada” (FERREIRA; FELÍCIO, 2021: 41). Acrescenta, na sequência, de que sua fala de modo algum exime o Estado da implementação da reforma agrária (ibid.:44), luta pela qual faz parte há muitos anos. Argumenta que em todos os países ricos do mundo em algum momento houve a reformulação de suas questões agrárias, pois está no cerne da “concepção burguesa de formação de nação”; mas que no Brasil, entretanto, a elite esteve mais preocupada com a sua “engenharia de extração de lucros para remessas para o estrangeiro” (ibid.: 44). Afirma que a chave fundamental para a transformação simbólica de terra em território virá a partir da luta do próprio povo.

⁸ “A Teia dos Povos é uma articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas. Extrativistas, ribeirinhos, povos originários, quilombolas, periféricos, sem terra, sem teto e pequenos agricultores se juntam, enquanto núcleos de base e elos, nessa composição com o objetivo de formular os caminhos da emancipação coletiva. Ou seja, construir solidariamente uma Aliança Preta, Indígena e Popular.” (in: <https://teiadospovos.org/sobre/>)

Tratar do entendimento da terra como uma entidade, um ser vivo portador de agência e direitos, por mais que ainda seja um tanto invisibilizado no Brasil, vêm sendo discutido e bastante reivindicado no âmbito institucional, com destaque para Bolívia e Equador. Para exemplificar, trago a carta redigida após a *Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra*, Ocorrido em 22 de Abril de 2010, em Cochabamba, Bolivia. No documento, intitulado *Acuerdo de los Pueblos*, foi apresentado o *projecto adjunto de Declaración Universal de Derechos de la Madre Tierra*, e ressaltam a desconcertante preocupação com o rumo que o planeta e a humanidade estão tomando por consequência das mudanças climáticas, diretamente relacionadas à lógica capitalista de desenvolvimento, progresso, crescimento ilimitado e competição. Apontam como única solução a restauração da harmonia com a natureza, de equidade entre e os povos, e o reconhecimento da Mãe Terra como “um ser vivo com a qual temos uma relação indivisível, interdependente, complementar e espiritual” (tradução minha).

Entre os Krenak, habitantes das margens do Rio Doce, este é chamado na sua língua por *Watu*, e possui, nas palavras da antropóloga Bianca Laurino

estatuto próximo ao de uma pessoa, semelhante àquele ocupado pelos antepassados. Descrito como uma entidade viva, ele é (ou era, antes da chegada da lama) dotado de vida, agência, sentimentos, humor, história e vontades próprias. Era a partir dele e, mais ainda, com ele que muitas das dinâmicas cotidianas dos Krenak se davam. Longe de ser apenas um elemento de certa paisagem estática que passivamente pertencente à “natureza” e fornece recursos materiais para uso humano, o *Watu* dos Krenak é sujeito (LAURINO, 2020: 9).

Ailton Krenak dá abertura ao livro “Futuro Ancestral” saudando às águas, e pedindo, com urgência, que aprendamos a respeitar e a ouvir a voz e a linguagem destas, antes que virem esgotos por completo e entrem em coma, sujeitas a morrerem para sempre.

A partir daqui, creio ser importante entrelaçar o fenômeno brasileiro às reivindicações epistêmicas presenciadas em muitas partes do Sul Global⁹, mas com especial destaque aos continentes que partilhamos sob o nome de América Latina. Fazendo coro às palavras de Pacheco de Oliveira, de que as retomadas, ainda que carregadas de singularidades, possuem uma força coletiva profundamente

⁹ Conceito mais geopolítico do que geográfico, costuma se referir a países situados nos continentes africanos, asiáticos e latino americanos.

descolonizadora, assumindo no Brasil um papel bastante semelhante ao “*buenvivir*”, presente também nas ideologias libertárias indígenas dos territórios vizinhos “alimentando no cotidiano a crença de que um outro mundo é necessário e possível” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2022: 29).

5.1 CULTIVANDO AS SEMENTES PARA O BEM VIVER

Bem viver, ou *Buen Vivir* é, de acordo com Pablo Solón, um conceito ainda em desenvolvimento, sem uma definição única, e que inclusive já teria passado por uma tentativa de captura por parte de instituições do grande capital. Aqui, no entanto, será utilizado como termo guarda-chuva para tratar da união dos conceitos, bem mais antigos, presentes nas filosofias de muitos dos povos da América do Sul, à exemplo do *küme mongen* Mapuche, do *sumak kawsay* Quéchua e do *suma qamaña* Aymara, ainda que não dê conta de incorporar ou traduzir a totalidade dessas cosmovisões. Boa parte da visibilidade e difusão de Bem Viver se devem pela institucionalização e da incorporação, ainda que controversa, do conceito pelos planos de desenvolvimento dos presidentes Evo Morales em 2006 e Rafael Correa em 2007 (SOLÓN, 2019: 21).

Para Solón, a centralidade do Bem Viver se encontra no entendimento do Todo, de que Pacha¹⁰ é o movimento constante de tudo, é a interconexão, a unidade, o entrelaçamento de passado, presente e futuro. A ciclicidade da vida na Terra é Pacha, e absolutamente tudo tem vida - até mesmo os corpos inertes. Portanto, cabe aos seres humanos cuidarem da natureza “como se cuida da mãe que te deu a vida” (ibid.: 25), e não controlá-la ou explorá-la. Outros elementos bastante centrais seriam a busca pelo equilíbrio e a convivência na multipolaridade, que prezam pela compreensão e pela aptidão de viver em comunidade, da reciprocidade, da capacidade de colaboração, da manutenção das relações. É de suma importância aceitar a complementaridade da diversidade, das alteridades, de que sempre haverá múltiplas alternativas e maneiras de ser e estar no mundo. Acolher tudo isso, nos leva diretamente ao reconhecimento de que “na história da humanidade houve, há e haverá outras formas de organização cultural, econômica e social”, e que isso não necessariamente nos leva a um passado utópico (ibid.: 31).

¹⁰ conceito andino mais recorrentemente atribuído à Pachamama, ou Mãe Terra. No entanto, há também este sentido mais amplo apresentado no texto.

Cristine Takuá, filósofa e educadora Maxakali, apresenta-nos a filosofia Guarani de representação da boa maneira de Ser e de Viver, à qual chamam *Tekó Porã*, como sendo “como uma imensa teia, na qual tudo está interligado, um organismo vivo” (TAKUÁ, 2018: 6) na qual buscamos equilíbrio através do respeito e da harmonia. O *tekó porã* está na “delicada e profunda satisfação da experiência” de ser e estar no mundo, e é alcançado a partir das ações diárias da Vida, no cultivo do respeito, da tolerância, da igualdade, da paciência com os mais velhos e com as crianças. Para tanto, para vivenciar esse sistema em plenitude, é necessário que exista a *tekoá* - o *lugar* de ser - também em sua plenitude, com matas e rios e vida contida nele. Takuá entende que a crise vivida hoje pela humanidade, está atrelada à uma “caminhada mal feita”, que se afastou da natureza, em direção ao mal viver, o *tekó vai*, presente no consumismo, no individualismo, na poluição (ibid.: 7). Apesar disso, defende que é sim possível buscar o equilíbrio mesmo em meio às cidades, encontrando esse exemplo nos povos indígenas, que

“resistem há séculos contra os mais diversos abusos e agressões cometidos contra eles, contra suas culturas, mas, mesmo assim, ainda hoje praticam [...] o Bem Viver em suas múltiplas faces” (TAKUÁ, 2018: 7).

Para Mario Ibañez, educador boliviano, ainda que as cidades representem “o coração da reprodução dos modos de vida dominantes, coloniais, modernos, capitalistas” (IBAÑEZ, 2016: 297), a representação máxima da civilização e do progresso, ele nega que sejam apenas isso. Ressalta que as cidades são também habitadas por outros modos de vida, que fazem parte, igualmente, das heterogeneidades e das disputas por sentidos dentro delas. Ibañez defende que a busca pelo Bem Viver na urbanidade é um caminho possível para sairmos da “armadilha da modernidade” (ibid.: 321). Para tanto, afirma que somente quando conseguirmos desconstruir, reconfigurar e reabitar as cidades a partir de outros modos de vida, é que poderemos de fato pensar em alternativas ao desenvolvimento. Sua sugestão é que busquemos nas experiências das culturas originárias e populares os exemplos necessários para tais transformações. A proposta parte da ideia de reocupação dos territórios segregados pela especulação imobiliária, seja através de atividades econômicas ou moradia, da transgressão à organização das metrópoles, que tendem a priorizar a “aceleração do tráfego de veículos e pessoas”, ocupando seus espaços públicos, suas ruas e praças.

5.2 PLANTAR O SONHO: ENTERRAR OS UMBIGOS



Fonte: Deriva Jornalismo (in: <https://derivajornalismo.com.br/post/retomada-gah-re-completa-tres-meses-18-01-2023-poa/>)

Em Porto Alegre, a retomada Gãh Ré se faz uma referência dessa transformação em curso. Com suas próprias especificidades, é possível vislumbrar como valores muito profundos dão sustento e direção na sua luta por demarcação. Se a vinculação territorial se dá pela memória, vida e morte são elementos igualmente importantes: é onde habitam os ancestrais, os encantados, as invisíveis camadas de pertencimento para além do plano material, mas que dele também se constituem. A pertença, afinal, está para muito além do lugar onde se “habita”, onde se mora no presente.

O Morro Santana representa um lugar essencial para se viver o *kanhgág há kar*, ou seja, sob a própria concepção Kaingang de “bem viver”. Destaca-se que as características físicas que proporcionam o uso tradicional do espaço, não se resumem, de forma alguma, a um mero utilitarismo dos seus “recursos naturais”. Ainda que sim, os cipós e demais matérias primas disponíveis para confecção de artesanatos e cestaria sejam um constituinte importante do seu modo de vida, ocupando uma função especialmente relevante na vivência em Porto Alegre por se

constituir como fonte de renda, o Morro e também proporciona os remédios naturais, *věnh-kagta*, preparados como banhos, chás ou defumações, imprescindíveis para as práticas de manutenção da saúde e cura, física e espiritual. Dentre as plantas identificadas no mato estão: araucárias, figueiras, açoita, guajuvira, cipó mil homens, carquejinha, macela, arnica, caraguatá entre outras. (QUINTERO; MAGALHÃES, 2022: 27). Além disso, foram identificadas uma enorme variedade de frutas, sementes, folhas, raízes, abelhas e pássaros. O Morro Santana está vivo, e resiste.

No levantamento feito a partir do já citado Pré-Lauda, estão registrados também os locais de referência onde o sagrado se manifesta com mais força. É no silêncio e na tranquilidade em meio ao mato, às águas e pedras do Morro Santana que o limiar entre os mundos se torna mais sutil. Pelas falas concedidas por GahTé, as formações rochosas possibilitam a escuta dos *jãgre* (guias espirituais, geralmente relacionados a animais), sendo possível ouvir suas vozes perto delas. É mencionada também uma antiga construção de pedras, relacionada à história de seus antepassados, que embora em ruínas, ali também estão contidos os espíritos dos *kofá*.

Outras duas questões parecem bastante elucidativas acerca da íntima vinculação entre corpo, espírito e território: são a presença das nascentes de água, *gójrór*, e dos umbigos enterrados no pé da pedreira. Quanto às águas, é como se fossem o sangue, as veias da Mãe Terra - fonte de vida assim como o leite materno o é para um bebê, e que portanto tomar a água das nascentes é como beber direto dos seios de uma mãe (NASCIMENTO *apud* QUINTERO; MAGALHÃES, 2022). Os umbigos enterrados, por sua vez, fazem parte de uma prática passada de geração em geração, que conecta diretamente a pessoa ao local onde nasceu, entrelaçando seus futuros com uma espécie de compromisso de *retorno*, que pode, muitas vezes levar anos ou mesmo décadas para se concretizar. No Morro Santana, já foram enterrados umbigos de duas gerações descendentes de Gah Té, que de certa forma estão podendo concretizar essa união.

Alocando esse sagrado no que pode ser entendido como um “território xamânico Kaingang”, este se forma a partir de três níveis: o subterrâneo, formado pelo *nũgme* (mundo dos mortos); o nível terra (mundo da matéria, da casa, da floresta); e mundo do alto (formado pelo céu e *fãgkawã*), sendo os *kujàs* as únicas

peças a terem capacidade de transitar por esses três mundos (ROSA, 2005a; 2005b *apud* MARECHAL, 2019).

O mundo 'visível' é chamado de *inhgakri*, que, literalmente, significa 'acima da minha terra', e o mundo dos sonhos, 'invisível', é chamado por Iracema de *inhgakrivěnhpéti*, que, literalmente, significaria 'os sonhos acima da minha terra'. O plano terrestre *ga* não muda de nome enquanto, sim, mudamos de mundos. Dentro de *ga*, existem vários mundos visíveis e invisíveis e somente os *kujà* têm a capacidade através, por exemplo, dos sonhos, para transpassá-los. Os *kujà* também têm o poder de atravessar os diferentes planos do universo Kaingang. Os sonhos são assim uma maneira de transpassar diversos mundos que pertencem a um mesmo plano ou de atravessar os diversos planos, mas se inscrevem, porém, dentro do mesmo território/universo Kaingang" (MARECHAL; HERMANN, p. 352).

Os sonhos, por sua vez, ocupam um papel de destaque na composição cosmopolítica Kaingang (MARECHAL; HERMANN, 2018), assim como em muitas outras sociedades ameríndias (ALBERT; KOPENAWA, 2018; LIMULJA, 2022; RIBEIRO, 2019; OROBITG, 2022; ALARCON, 2013), sendo bastante recorrentes afirmações de que os passos rumo ao futuro almejado sejam orientados a partir do mundo onírico.

"Como diz um xamã pumé: 'Sonhamos para viver... Vivemos sonhando.' Para os pumé, sonhar equivale a saber, lembrar, pensar e viver. Pelo contrário, não sonhar significa estar gravemente doente, não saber, esquecer, desaparecer e morrer" (OROBITG, 2022: 2).

A própria origem do xamanismo Kaingang é possibilitada por um sonho entre duas mulheres, tornando assim, os sonhos e as mulheres elementos fundadores do mesmo (MARECHAL, HERMANN, 2018). É através dos sonhos que os *kujà* podem se comunicar com os antepassados, que estão habitando *nũgme*, definido por Gah Té como

"uma aldeia onde todos os parentes que morreram vão descansar. No momento da morte, o *věnhkuprĩg* (espírito) se desprende do corpo e voa até a aldeia dos mortos, no mundo subterrâneo" (MARECHAL, HERMANN, 2018: 351).

Foi através deste conhecimento que retomada *Gãh Ré* foi concebida: a partir daquilo que o já falecido avô de Gah Té, um importante *kujá* responsável pela sua iniciação, a orientou em sonho. De fato, a jornada de Gah Té enquanto liderança espiritual está profundamente conectada a outras conquistas políticas e retomadas ao longo de sua vida. Ela relata que começou a aprender a sonhar ainda bem menina, com a ajuda dos avôs e de outros *kujás*. Um dos primeiros sonhos foi com relação à retomada da terra de Mangueirinha, no Paraná, quando Ângelo Kretã

chamou a família de GahTé para ajudá-los a libertar a terra dos colonos. Na época, com apenas 16 anos, ela teve um mau presságio com relação ao tempo de atuação que Kretã, seu pai e outros guerreiros estavam planejando. Solicitou que fosse feito um fogo, e com a ajuda das plantas *vênh-kagta*, sonhou novamente:

Eu trouxe folhas verdes para colocar no fogo e fazer fumaça e no meio dessa fumaça eu vi meu pai no meio de muitos parentes apoiando Kretã e acima da fumaça uma *krīg* (estrela) brilhando. Essa estrela, quando tu sonhas, significa que teu sonho vai ter retorno. Então eu sabia que já era a hora de expulsar os colonos da nossa terra. Eu comentei para meu pai o que tinha sonhado. Dito e feito, uns dias depois, estávamos acampando no que era uma fazenda e até agora, nesta terra, moram meus parentes (NASCIMENTO)¹¹.

É com a força de toda essa ancestralidade que passado, presente e futuro estão trabalhando no Morro Santana. Para que, na materialidade, ainda que com todos os entraves burocráticos, toda pressão externa e tentativas de reintegração de posse, a certeza e a confiança nessa sabedoria ancestral esteja ali, botando semente na terra, colhendo suas espigas e raízes, zelando pela vida, não só de quem está lá, mas a vida de todos nós que também precisamos de água limpa pra beber, e ar puro pra respirar. É a vida de Ga que se mantém.

¹¹ texto biográfico escrito por Herbert Hermann, Clementine Maréchal, Gah Té Nascimento, Kapri Nascimento Padilha (in: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-iracema-nascimento-kaigang/>)

6 O ARREMATE: considerações finais

*“O que nos une é maior do que o que nos separa,
e juntas somos mais fortes!”*

(Carta do I Encontro Artístico, Político e Espiritual de Mulheres da Teia dos Povos em Luta no RS: Tecendo Bem Viver)

A frase “não é só por mim” que dá nome a este trabalho, foi pronunciada diversas vezes pela cacica e kujá que está à frente da retomada Gãh Ré, podendo inclusive ser ouvida nessa vídeo reportagem¹² postada pelo Coletivo Catarse. Percebo uma potência tão grande nessa fala, porque apesar de curta e singela, carrega consigo a dimensão das batalhas que estão sendo travadas. Ao lutar pela garantia da sua terra, do seu território, está lutando também pela garantia da manutenção da vida, de todas elas.

Durante a construção da argumentação do trabalho, foi ficando cada vez mais nítido o lugar de referência que o Morro Santana ocupa na história e na compreensão territorial Kaingang, convergindo evidências manifestadas tanto nos relatos da tradição oral desse povo, quanto nos diferentes estudos realizados em áreas como arqueologia, história, geografia e antropologia. Por mais que esse (e outros) espaços venham sendo negados repetidamente no correr do tempo, ainda há quem lute pela sua permanência e pelo seu direito de ser livre junto à terra que lhe provê. É longa a jornada de volta para casa, mas como inspiram as palavras de Joelson Ferreira, cada passo e cada caminhada são etapas necessárias para percorrê-la.

Sejam mosaicos, teias ou afluentes, qualquer imagem que se queira invocar, fato é que são muitos os povos e são muitos os lugares que sonham bem acordados com sua emancipação. Potiguaras, Guaranis, KaririXocos, Pataxós, Karajás, Guajajaras, Bororos, Aymaras, Mapuches, Shipibos, Wapichanas, Macuxis, Diaguitas, Hunikuins, Suruis, Tukanos, Baniwas, Mundurukus, Pankararus, Terenas, Ful-nios, Timbiras, Kraos, Krenaks, Kayapós, Tapuyas, Puris, Xucurus, Tupinambás, Tupiniquims, Tuxas, Xavantes, Xackriabas, Xoklengs, Yanomamis, Quechuas, Mayas, Cherokees, Wayuus, Ashaninkas, Koyas, Ticunas, Kaingangs, Barés, Xetas, Zapatistas, Quilombolas, Ciganos, Tuaregues, Palestinos, Kurdos.

¹² https://www.youtube.com/watch?v=4zezRiW594I&ab_channel=ColetivoCatarse

Como um dia sonhou GahTé com o êxito da batalha no Paraná, que possamos nós todes vislumbrar, nesse grande sonho coletivo, uma estrela bem brilhante.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Daniela. O retorno dos parentes: Dinâmicas de mobilização entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. in: Reconquista do território : etnografias do protagonismo indígena contemporâneo /organização João Pacheco de Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2022. p. 155 – 184.

ALMEIDA, N. L. de.; CAMPOS, H. Ávila. (2021). Dinâmica imobiliária da habitação em bairros adjacentes ao centro de Porto Alegre/RS. *Cadernos Metrópole*, 24(53), 283–310.

ARAÚJO; Rodrigo Wienskowski. O Povo Kaingang e a demarcação de terras indígenas: a retomada territorial KonhúnMág na Floresta Nacional de Canela (RS). Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, outubro de 2021.

AQUINO, Alexandre. *Mújé ha (“Vamos”): a fundação de aldeias Kaingang no litoral do Rio Grande do Sul*. Tellus, ano 9, nº 17, p. 111-136, jul./dez. 2009.

BESSE, J -M. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Trad. Eliane Kuvassney e Mônica Balestrin Nunes. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online) São Paulo v. 18 n. 2 p. 241-252, 2014.

CAMPOS FILHO, C. M. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. - 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992. - Coleção Cidade Aberta.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. *MrurJykre - a cultura do cipó: territorialidades Kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS*. 2005.

FUHR, Guilherme. *Terra Indígena ou Parque Natural? Conflitos socioambientais e territorialidades em disputa no Morro do Osso, Porto Alegre/ RS*. 2012.

GODOY BUENO, Flávia Assumpção de. *O modo de vida de Guarani e suas múltiplas paisagens no Jaraguá, São Paulo - SP*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

HAMMEL, Ana Cristina. *Luta camponesa pela terra no latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominal, práticas de grilagem e vidas camponesas*. 2020.

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Resignificando a cidade colonial e extrativista: Bem viver a partir de contextos urbanos. In: Bem Viver. Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização/ Organização Pablo Sólón; tradução de João Peres - São Paulo: Elefante, 2019. p. 296 – 333.

INGOLD, Tim. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis. RJ: Vozes, 2015. - (Coleção Antropologia).

KRENAK, Ailton. *Paisagens, territórios e pressão colonial*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327 - 343, jul./dez. 2015.

_____. *Futuro Ancestral* - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LAURINO, Bianca van Steen Mello. *A morte do Watu: rompimentos de barragens e um estudo de caso sobre os impactos sentidos pelos Krenak após a tragédia socioambiental do Rio Doce*. ANPOCS, 2020.

LAHORGUE, M. L.; SOARES, P. R. R.; CAMPOS, H. Ávila. (2022). Porto Alegre como máquina de crescimento: a produção habitacional recente na metrópole. *Cadernos Metrópole*, 24(54), 739–763.

MARÉCHAL, Clémentine. *“Eu luto desde que me conheço como gente.” Territorialidade e cosmopolítica Kanhgág enfrentando o poder colonial no sul do Brasil*. 2015.

MARÉCHAL, Clémentine. *A práxis xamânica Kaingang na modernidade/colonialidade: uma política da floresta*. *Vivência: Revista de Antropologia*.

MARÉCHAL, Clémentine; HERMANN, Herbert. *O xamanismo kaingang como potência decolonizadora*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 24, n. 51, p. 339-370, maio/ago. 2018

MARTINS, M. P. M.; NÓBREGA, L. N. *Entre retomadas e autodemarcações – lutas indígenas por recursos naturais, territórios e direitos no Brasil*. *Anais da VI Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia – Volume I* (pp.53-72). 2020.

MENDES, Cesar Miranda. *O edifício no jardim: um plano destruído; a verticalização em Maringá*. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

NÖTZOLD, Ana Lucia Vulfe; BRINGMANN, Sandor Fernando. *O que fazer com os bugres? Discursos sobre a civilização e a catequese dos Kaingang no Rio Grande do Sul do século XIX*. *Mnemosine Revista*, Volume 1, N. 2, Jul/Dez 2010.

OROBITG, Gemma. *Para além do sonho e da vigília. O sonho ameríndio e a existência*. *Rev. antropol.* (São Paulo, Online) | v. 65 n. 3: e185870 | USP, 2022.

PONTES JÚNIOR, F. A.; BARROS, L. V. *A Natureza como sujeito de direitos: A proteção do Rio Xingu em face da construção de Belo Monte*. in: *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento / Gerhard Dilger, Miriam Lang, Jorge Pereira Filho (Orgs.): traduzido por Igor Ojeda*. - São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. 472p.

QUINTERO, Pablo; MAGALHÃES, Alexandre et al. Nota técnica acerca da ancestralidade indígena Kaingang e Xokleng no território denominado Gãh Ré no Morro Santana em Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

ROSA, M.; REIS, R. POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS NA AMÉRICA LATINA : ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1–39, 2023.

SABOYA, Fernando. O que é especulação imobiliária?. In: <https://urbanidades.arq.br/2008/09/21/o-que-e-especulacao-imobiliaria/>. 2008.

SALDANHA, José Rodrigo Pereira. *Selvagens, barbárie e colonos : coletivos indígenas kaingang e o choque com a civilização no Sul do Brasil Meridional contemporâneo*. 2015.

SOLÓN, Pablo. Bem Viver. Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização/ Organização Pablo Solón; tradução de João Peres - São Paulo: Elefante, 2019. 224 p.

SOUZA, José Otávio Catafesto. *Territórios e povos (des)velados na metrópole de Porto Alegre*. In: FREITAS, A. E. C.; FAGUNDES, L. F. C. Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba. Porto Alegre: PMPA/ Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, 2008.

SOUZA, Nathalia Lucas Tavares. TekoáPyau: Território de luta e resistência Guarani no Jaraguá (SP). 2015.

TAKUÁ, Cristine. Teko Porã, o sistema milenar educativo de equilíbrio. Rebento, São Paulo, n. 9, p. 5-8, dezembro/2018.

TOMMASINO, K.; KURTZ DE ALMEIDA, L. *Territórios e Territorialidades Kaingang: A Reinvenção dos Espaços e das Formas de Sobrevivência Após a Conquista*. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 19, n. 2, p. 18–42, 2014.

WITTMANN, Marcus A. S. A marca do caminhar dos avós na retomada Mbya Guarani Yjêre: disputando território, história e patrimônio na Ponta do Arado, Porto Alegre. Cadernos do LEPAARQ - volume 19, Nº 38, p. 218-242.jul-dez/2022.

WÜNSCH, Julia Giles. Planejamento da cidade: a atuação do Estado diante das megaobras e remoções urbanas em Porto Alegre (2010-2014). Monografia. Porto Alegre, 2014.

RELATÓRIO Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2021- CIMI.

<https://cabanarquista.org/dossie-maisonnave-a-impunidade-tem-sobrenome/> (28/08)

<http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2018/06/25/ao-indio-o-que-e-do-indio-retomada-guarani-mbya-no-arado-velho-porto-alegre/> (20/08)

- <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2018/06/mpf-e-brigada-militar-apuram-abordagem-de-homens-armados-a-guaranis-na-fazenda-do-arado-velho/> (20/08)
- <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR> (visitado 09/08)
- <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/tab-2020-terras-indigenas-rs> (12/08)
- <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/pesquisa/?povo=127> (12/08)
- <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal> (13/08)
- <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf> (dia 14/08)
- <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas> (16/08)
- https://pib.socioambiental.org/pt/Situa%C3%A7%C3%A3o_jur%C3%ADdica_das_Tis_no_Brasil_hoje (16/08)
- <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-iracema-nascimento-kaigang/> (21/08)
- <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/02/4.5.-A-Orla-do-Guaiba-territorio-em-transformacao-a-conformacao-de-um-novo-regime-urbano-em-Porto-Alegre.pdf> (25/08)
- <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/14/retomadas-em-todo-o-pais-indigenas-ocupam-suas-terras-ancestrais-ainda-que-sob-ataque> (26/08)
- <https://www.cedefes.org.br/retomada-indigena-kamaka-mongoio-em-brumadinho-mg-obra-do-grande-espirito/> (26/08)
- http://www.ecominga.uqam.ca/PDF/BIBLIOGRAPHIE/GUIDE_LECTURE_1/CMPC- Acuerdo-los-Pueblos.pdf